ta, deverá apresentar o laudo médico, nos termos do inciso anterior ou apresentar cópia da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), emitida nos termos da Lei nº 13.977/2020.

§ 2º A organização do Concurso deverá facilitar o acesso das pessoas com deficiência aos locais de prova, cabendo a estes a obrigação de providenciar os equipamentos e instrumentos de que necessitem, os quais deverão ser previamente autorizados pela Comissão de Concurso.

§ 3º Para os efeitos deste Regulamento, considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadra na definição do artigo 1º da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto Legislativo nº 186/2008 e Decreto nº 6.949/2009) combinado com os arts. 3º e 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, a Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ, o art. 1º, §2º da Lei nº 12.764/12, o art. 2º da Lei 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão – Estatuto da Pessoa com Deficiência) e Lei Federal nº 14.126, de 22 de março de 2021.

§ 4º O envio do laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato.

§ 5º A inobservância do disposto no parágrafo primeiro acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas às Pessoas com Deficiência e, conseqüentemente, o não atendimento das condições especiais necessárias à realização das provas.

Art. 15. As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 9.508/2018, em seu art.3º, inciso III, Lei Federal nº 14.126, de 22 de março de 2021, bem como na Súmula 377 do STJ, participarão do Concurso ou processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

§ 1º Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições do Cargo postulado, o candidato será eliminado do certame, sendo tornada sem efeito a sua nomeação.

§ 2º Será eliminado da lista de pessoas com deficiência o candidato cuja deficiência não for constatada na forma do artigo 4º e seus incisos do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, perdendo direito à nomeação em vaga destinada a pessoas com deficiência, embora permaneça na lista de classificação geral.

Art. 10 Fica criado o Art. 16, com a seguinte redação:

“Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação”.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 26 de abril de 2021.

Sala de Reuniões do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, aos 26 dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um.

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LÉDO

Presidente do Conselho Superior

Defensor Público-Geral

Membro Nato

MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM DIAS

Subdefensora Pública-Geral

Membra Nata

CÉSAR AUGUSTO ASSAD

Corregedor Geral

Membro Nato

CARLOS DOS SANTOS SOUSA

Membro Titular

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE MONTEIRO

Membro Titular

BRUNO BRAGA CAVALCANTE

Membro Titular

ALEXANDRE MARTINS BASTOS

Membro Titular

JULIANA ANDRÉA OLIVEIRA

Membra Titular

DOMINGOS LOPES PEREIRA

Membro Titular

RENAN FRANÇA CHERMONT RODRIGUES

Membro Titular

BEATRIZ FERREIRA DOS REIS

Membra Titular

Protocolo 677445

TORNAR SEM EFEITO

PORTARIA Nº 405/2021/GGP/DPG, DE 07 DE JULHO DE 2021.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, em exercício, no uso das atribuições conferidas pelo art. 8º, VIII e XXVII, da Lei Complementar nº 54, de 7 de fevereiro de 2006; RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA nº 401/2021/GGP/DPG, de 02 de julho de 2021, publicada no D.O.E. Nº 34.630, de 07.07.2021, que designou o Servidor Público ANTONIO EDUARDO TAVARES PEREIRA, ID Funcional nº 759988, ocupante do cargo de Técnico de Defensoria Pública A, para exercer a Função Gratificada de chefe de Secretaria do Núcleo da Entrância Especial, padrão FG 2 – DP.

MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM DIAS

Defensora Pública-Geral do Estado do Pará, em exercício

Protocolo 677612

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 30/2021/GAB/DPG, DE 02 DE JULHO DE 2021.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, I, VIII e XVIII da Lei Complementar nº 54, de 07 de fevereiro de 2006; considerando a realização da Ação Expedição Oeste do Pará/2021, que culminou no esforço concentrado de cerca de 80 (oitenta) colaboradores, dentre os quais membros, servidores da Defensoria Pública e de órgãos parceiros do Estado do Pará, que permaneceram cerca de 21 (vinte e um) dias embarcados, em prol das ações de cidadania realizadas nos municípios de Santarém, Prainha, Monte Alegre, Alenquer, Óbidos, Oriximiná e Faro, no período de 17/06/2021 a 08/07/2021; RESOLVE:

Art. 1º Elogiar os Membros e Servidores Públicos abaixo relacionados, pelo empenho e dedicação na realização da Ação Expedição Oeste do Pará/2021, realizada no período de 17/06/2021 a 08/07/2021, a qual possibilitou o quantitativo de 26.469 (vinte e seis mil e quatrocentos e sessenta e nove) atendimentos à população hipossuficiente do Estado do Pará:

ABRAHAM AVIZ DE SOUZA;

ADRIANO OLIVEIRA GOMES;

ADRIANO SOUTO OLIVEIRA;

ALAN DELSO DA SILVA CORDEIRO;

ANTONIA MARIA DE FREITAS BRANDÃO;

BRUNO LEANDRO GUIMARAES DE OLIVEIRA;

BRUNO LUIS MELO DA SILVA;

CICERO LOPES BERNARDINO;

CLAUDINE PICAÇO DE SOUZA;

DEVISON PATRIC FERREIRA MIRANDA;

DIEGO JOSÉ BARROS;

DISSEIA TAVARES DA SILVA;

EDAILTON DE OLIVEIRA CASTRO;

ELINALDO OLIVEIRA DE LIMA;

ERIVELTON DA COSTA LARANJEIRA;

FÁBIO JOSÉ DA SILVA MACHADO;

FLAVIO MARCELO CAVALCANTE MOTA;

GUILERME LELIS DE ASSIS;

ISAAC SIMAO MELUL;

JAQUELINE ABDON YAZBEK;

JAQUELINE KURITA;

JOSE NAZARENO DE ALENCAR MARTINS;

KAROLINE TATHIANE MOTA PEREIRA;

LARA MORAES NOGUEIRA;

LEIDIANA MARQUES DA COSTA;

LEONILSON FRANCISCO R.DE MELO;

LINDEMBERG DOS SANTOS GUIMARÃES;

LINDOMAR PEREIRA DA SILVA;

LORENA LOUREIRO COELHO;

LUANA CANTANHEIDE BEZERRA DA SILVA;

LUCIANA SOUZA DOS ANJOS;

LUIS CARLOS DE AGUIAR PORTELA;

LUIS CARLOS DE ALMEIDA RODRIGUES;

LUIZ ODILSON OLEGÁRIO DA LUZ;

MARCELA DA SILVA SILVEIRA FERREIRA;

MARIA AUXILIADORA FLOR FREITAS;

MARLUCIA DE FATIMA SOUSA CASTRO;

OSMARLEY FURTADO;

OSVALDO JOSE DA SILVA CORREA;

PAULO AFONSO DE LIMA LHAMAS;

PEDRO VICTOR NUNES DE QUEIROZ.

RAIDA RENATA REIS TRINDADE;

RANIERE MAFRA GUIMARÃES;

RODRIGO SILVA MASSOLIO;

ROSA MARIA CARVALHO BENTES;

ROSELENE MARIA LOPES DE BARROS;

RUY HOLANDA DOS SANTOS;

TATIANA MACHADO PINTO MACIEL;

VALDENOR DOS SANTOS CORREA;

WALDIR JOSÉ COSTA DOS SANTOS;

Parágrafo único. O presente elogio deve ser assentado no histórico funcional de cada respectivo membro e servidor, ficando a cargo da Gerência de

Gestão de Pessoas a adoção das providências necessárias.

Art. 2º Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LÉDO

Defensor Público-Geral do Estado do Pará

Protocolo 677396